

# Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Sucursal Offshore de Macau

Divulgação de Informação Financeira

Conforme Circular n.º 026/B/2012/DSB-AMCM

31 de dezembro de 2015



# ÍNDICE

<b>1.</b>	<b><u>ARTIGO 76º DO REGIME JURÍDICO DO SISTEMA FINANCEIRO DE MACAU</u></b>	<b>3</b>
1.1.	BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3
1.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	5
1.3.	SÍNTESE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE	7
1.4.	SÍNTESE DO PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS	8
1.5.	LISTA DOS ACIONISTAS QUALIFICADOS	9
1.6.	TITULARES DOS ÓRGÃO SOCIAIS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	9
1.7.	MEMBROS DA DIREÇÃO GERAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. – SUCURSAL OFFSHORE DE MACAU	10
<b>2.</b>	<b><u>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</u></b>	<b>11</b>
<b>3.</b>	<b><u>EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS EXCETO TRANSAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS DERIVADOS</u></b>	<b>12</b>
3.1.	VALOR CONTRATUAL OU VALOR NOCIONAL	12
<b>4.</b>	<b><u>TRANSAÇÕES DE INSTRUMENTOS DERIVADOS</u></b>	<b>12</b>
4.1.	VALOR CONTRATUAL OU VALOR NOCIONAL	12
4.2.	RISCO DE CRÉDITO PONDERADO PELOS CONTRATOS SOBRE TAXAS DE JURO E SOBRE DIVISAS CALCULADO DE ACORDO COM O AVISO N. 013/93-AMCM	12
<b>5.</b>	<b><u>POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</u></b>	<b>13</b>
		<b>15</b>
<b>6.</b>	<b><u>PARTES RELACIONADAS – TRANSAÇÕES E SALDOS DEVEDORES</u></b>	<b>16</b>
6.1.	POLÍTICA DE EMPRÉSTIMO A PARTES RELACIONADAS	16

<b>6.2.</b>	<b>TRANSAÇÕES E SALDOS VENCIDOS</b>	<b>17</b>
<b>7.</b>	<b><u>CAPITAL</u></b>	<b>18</b>
<b>7.1.</b>	<b>RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITAL</b>	<b>18</b>
<b>7.2.</b>	<b>CAPITAL E RESERVAS</b>	<b>18</b>
<b>8.</b>	<b><u>RISCO DE CRÉDITO</u></b>	<b>19</b>
<b>8.1.</b>	<b>GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>19</b>
<b>8.2.</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA</b>	<b>20</b>
<b>8.3.</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO POR SECTORES</b>	<b>20</b>
<b>8.4.</b>	<b>ANÁLISE DE MATURIDADE</b>	<b>21</b>
<b>8.5.</b>	<b>ANÁLISE DE CRÉDITO VENCIDO – CLIENTES</b>	<b>22</b>
<b>9.</b>	<b><u>RISCO DE MERCADO</u></b>	<b>23</b>
<b>10.</b>	<b><u>RISCO DE TAXA DE JURO</u></b>	<b>23</b>
<b>11.</b>	<b><u>RISCO OPERACIONAL</u></b>	<b>23</b>
<b>12.</b>	<b><u>RISCO CAMBIAL</u></b>	<b>24</b>
<b>12.1.</b>	<b>GESTÃO DE RISCO CAMBIAL</b>	<b>24</b>
<b>12.2.</b>	<b>POSIÇÃO LÍQUIDA LONGA E CURTA EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>24</b>
<b>12.3.</b>	<b>DIVULGAÇÃO DA POSIÇÃO LÍQUIDA LONGA/CURTA DE UMA MOEDA EXTERNA, QUANDO A POSIÇÃO LÍQUIDA (EM TERMOS ABSOLUTOS) DESSA MOEDA EXTERNA REPRESENTA PELO MENOS 10% DO TOTAL DA POSIÇÃO LÍQUIDA EM MOEDA EXTERNA</b>	<b>25</b>
<b>13.</b>	<b><u>RISCO DE LIQUIDEZ</u></b>	<b>26</b>
<b>14.</b>	<b><u>ATIVOS, PASSIVOS E RESULTADOS EM BASE CONSOLIDADA DO GRUPO CGD</u></b>	<b>26</b>
<b>15.</b>	<b><u>CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DA DIREÇÃO GERAL</u></b>	<b>27</b>

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. foi autorizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau através da Ordem Executiva n.º 7/2013 a constituir uma Sucursal Offshore em Macau, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2013, unidade para a qual foi transferido, a esta data, todo o património afeto à Caixa Geral de Depósitos-Subsidiária Offshore de Macau S.A., que operava em Macau desde 2005, que cessou a sua atividade e foi extinta.

A informação disponibilizada neste documento foi elaborada de acordo com o estabelecido na circular n.º26/B/2012-DSB/AMCM, publicada pela Autoridade Monetária de Macau.

Foram objeto de auditoria o Balanço e Demonstração de Resultados (quadros 1.1 e 1.2), Demonstração de Fluxos de Caixa (quadro 2) e as Políticas Contabilísticas. A restante informação disponibilizada neste relatório não foi auditada.

## 1. Artigo 76º do Regime Jurídico do Sistema Financeiro de Macau

### 1.1. Balanço a 31 de dezembro de 2015

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2015		
	ATIVO BRUTO	PROVISÕES, AMORTIZAÇÕES E MENOS - VALIAS	ATIVO LÍQUIDO
<b>ATIVO</b>			
Caixa	-	-	-
Depósitos na AMCM	-	-	-
Valores a Cobrar	-	-	-
Depósitos à Ordem noutras Instituições de Macau	777,674	-	777,674
Depósitos à Ordem no Exterior	21,683,015	-	21,683,015
Ouro e Prata	-	-	-
Outros Valores	-	-	-
Crédito Concedido	2,890,358	-	2,890,358
Aplicações em Instituições de Crédito no Território	-	-	-
Depósitos com Pré-Aviso e a Prazo no Exterior	6,535,616,623	-	6,535,616,623
Ações, Obrigações e Quotas	-	-	-
Aplicações de Recursos Consignados	-	-	-
Devedores	-	-	-
Outras Aplicações	-	-	-
Participações Financeiras	-	-	-
Imóveis	-	-	-
Equipamento	132,915	100,463	32,452
Custos Plurianuais	-	-	-
Despesas de Instalação	-	-	-
Imobilizações em Curso	-	-	-
Outros Valores Imobilizados	335,148	268,481	66,667
Contas Internas e de Regularização	15,283,560	-	15,283,560
<b>TOTAL</b>	<b>6,576,719,293</b>	<b>368,944</b>	<b>6,576,350,349</b>

## 1.1. Balanço a 31 de Dezembro de 2015 (continuação)

Unidade: MOP (macau pataca)	31 de dezembro de 2015	
	SUBTOTAL	TOTAL
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Depósitos à Ordem	377,920,593	
Depósitos com Pré-Aviso	-	
Depósitos a Prazo	6,163,658,551	6,541,579,144
Depósitos de Sector Público	-	
Recursos de Instituições de Crédito no Território	-	
Recursos de Outras Entidades Locais	-	
Empréstimos em Moedas Externas	-	
Empréstimos por Obrigações	-	
Credores por Recursos Consignados	-	
Cheques e Ordens a Pagar	-	
Credores	-	
Exigibilidades Diversas	-	
Contas Internas e de Regularização	23,009,640	23,009,640
Provisões para Riscos Diversos	28,901	28,901
Capital	-	
Reserva Legal	-	
Reserva Estatutária	-	
Outras Reservas	(180,356)	(180,356)
Resultados Transitados de Exercícios Anteriores	-	
Resultado do Exercício	11,913,020	11,913,020
<b>TOTAL</b>		<b>6,576,350,349</b>

## 1.2. Demonstração de Resultados

Unidade: MOP (Macau pataca)

	01/01/2015 a 31/12/2015		01/01/2015 a 31/12/2015
<b>DÉBITO</b>		<b>CRÉDITO</b>	
Custos de Operações Passivas	71,345,510	Proveitos de Operações Ativas	89,191,716
Custos com Pessoal:	2,874,735	Proveitos de Serviços Bancários	3,388
Remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		Proveitos de Outras Operações Bancárias	1,659,853
Remunerações de Empregados	2,596,602	Rendimentos de Títulos de Crédito e de Participações Financeiras	
Encargos Sociais	278,133	Outros Proveitos Bancários	33,190
Outros Custos com o Pessoal		Proveitos Inorgânicos	
Fornecimentos de Terceiros	61,089	Prejuízos de Exploração	
Serviços de Terceiros	2,072,598		
Outros Custos Bancários	2,370,807		
Impostos	2,714		
Custos Inorgânicos	140,705		
Dotações para Amortizações	106,969		
Dotações para Provisões			
Lucro da Exploração	11,913,020		
<b>TOTAL</b>	<b>90,888,147</b>		<b>90,888,147</b>

## 1.2. Demonstração de Resultados (continuação)

Unidade: MOP (Macau pataca)

<b>DÉBITO</b>	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>	<b>CRÉDITO</b>	<b>01/01/2015 a 31/12/2015</b>
Prejuízo de Exploração		- Lucro de Exploração	11,913,020
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores		- Lucros Relativos a Exercícios Anteriores	-
Perdas Excepcionais		- Lucros Excepcionais	-
Dotações para Impostos sobre Lucros do Exercício		- Provisões Utilizadas	-
Resultado do Exercício (Se Positivo)	11,913,020	Resultado do Exercício (Se Negativo)	-
<b>TOTAL</b>	<b>11,913,020</b>		<b>11,913,020</b>

### 1.3. Síntese do Relatório de Atividade

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. foi autorizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau através da Ordem Executiva n.º 7/2013 a constituir uma Sucursal Offshore em Macau, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2013, unidade para a qual foi transferido, a esta data, todo o património afecto à Caixa Geral de Depósitos-Subsidiária Offshore de Macau S.A. Esta subsidiária, que tinha sido constituída em 2005, cessou assim sua atividade em 1 de Fevereiro de 2013 e foi extinta.

A conjuntura internacional caracterizou-se em 2015 por um crescimento muito moderado da actividade económica nos países desenvolvidos, enquanto nas economias emergentes as taxas de crescimento registaram uma desaceleração significativa, para o que contribuiu a forte queda registada nos preços do petróleo e outras matérias-primas.

Na Zona Euro o crescimento económico e, em particular, a taxa de inflação situou-se muito abaixo do esperado, levando o Banco Central Europeu a reduzir as taxas de juro diretoras para valores próximos de zero e a implementar um programa de aquisição de títulos no mercado secundário. Neste contexto, as taxas Euribor mantiveram a tendência de queda e, para alguns prazos apresentam valores negativos, verificando-se, igualmente, uma descida acentuada das taxas de juro no mercado obrigacionista em toda a extensão da curva de rendimentos.

Nos EUA verificou-se uma progressiva recuperação da atividade económica e uma descida acentuada da taxa de desemprego que levou o Banco de Reserva Federal a aumentar pela primeira vez desde 2007 a taxa dos “Fed Funds” em 25 b.p., para uma banda de variação compreendida entre 0,25 por cento e 0,5 por cento, esperando-se no futuro um aumento muito gradual das taxas de juro. A divergência das políticas monetárias seguidas na Zona Euro e nos E.U.A. contribuiu, por outro lado, para a continuação da tendência para a depreciação do euro face às principais moedas.

A orientação estratégica da Sucursal Offshore de Macau da Caixa Geral de Depósitos manteve-se inalterada centando-se a sua atividade principalmente na banca de particulares.

A oferta de produtos da Sucursal, principalmente depósitos a prazo e de poupança, é comercializada através de vários canais de distribuição e está direcionada aos diferentes segmentos da sua base de clientes, constituída por particulares, não residentes em Macau e em Portugal, designadamente emigrantes, luso descendentes ou outros residentes no estrangeiro.

O resultado líquido obtido em 2015 pela Sucursal Offshore de Macau da Caixa Geral de Depósitos foi de MOP 11,9 milhões, o que corresponde a uma redução de 3,1 por cento face ao registado no exercício anterior.

O produto bancário registou uma redução de 1,6 por cento em relação ano anterior tendo a diminuição da margem financeira sido compensada parcialmente pelo aumento da margem complementar.

Os custos de estrutura aumentaram em 1,1 por cento tendo os gastos gerais administrativos sofrido um acréscimo de 4,4 por cento e os custos com pessoal registado uma redução de 1 por cento.

Os depósitos de clientes que ascendiam em 31 de Dezembro de 2015 a MOP 6 537,2 milhões registaram um decréscimo de 13,9 por cento devido principalmente ao efeito cambial de translação para patacas dos valores dos depósitos denominados em moeda estrangeira, que decorreu da apreciação da pataca cuja evolução cambial acompanhou a do dólar americano face às restantes moedas internacionais.

No quadro de uma política centralizada de gestão de recursos financeiros do Grupo CGD, o activo líquido em 31 de Dezembro de 2015 ascendia a MOP 6 576,3 milhões, um decréscimo de 14,5 por cento, devido principalmente ao efeito cambial de translação para patacas do ativo que se encontra denominado em moeda estrangeira. A principal componente do ativo são depósitos constituídos junto da Sede do Banco, tendo o crédito concedido a clientes um peso muito reduzido.

A Sucursal Offshore de Macau da Caixa Geral de Depósitos, S.A. deseja expressar os seus agradecimentos às competentes Autoridades de Macau, e em particular, à Autoridade Monetária de Macau pela colaboração prestada desde o início da sua atividade, bem como ao Banco Nacional Ultramarino, pelo apoio dado.

#### 1.4. Síntese do parecer dos auditores externos

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras da Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Sucursal Offshore de Macau relativas ao ano de 2015, nos termos das Normas de Auditoria e Normas Técnicas de Auditoria da Região Administrativa Especial de Macau. No nosso relatório, datado de 5 de Maio de 2016, expressámos uma opinião sem reservas relativamente às demonstrações financeiras das quais as presentes constituem um resumo.

As demonstrações financeiras a que acima se alude compreendem o balanço, à data de 31 de Dezembro de 2015, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações na conta da sede e nas reservas e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo, assim como um resumo das políticas contabilísticas relevantes e outras notas explicativas.

As demonstrações financeiras resumidas preparadas pela gerência resultam das demonstrações financeiras anuais auditadas a que acima se faz referência. Em nossa opinião as demonstrações financeiras resumidas são consistentes, em todos os aspetos materiais, com as demonstrações financeiras auditadas.

Para a melhor compreensão da posição financeira da Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Sucursal Offshore de Macau e dos resultados das suas operações, no período e âmbito abrangido pela nossa auditoria, as demonstrações financeiras resumidas devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras das quais as mesmas resultam e com o respetivo relatório de auditoria.

Kwok Sze Man  
Auditor de Contas  
**Deloitte Touch Tohmatsu – Sociedade de Auditoria**

Macau, 5 de Maio de 2016

## 1.5. Lista dos Acionistas Qualificados

O capital da Caixa Geral de Depósitos é detido pelo acionista único, o Estado Português.

## 1.6. Titulares dos Órgãos Sociais da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**Órgãos Sociais:** (Mandato 2013-2015)

### Mesa da Assembleia Geral (\*)

**Presidente:**

Prof. Dr. Manuel Carlos Lopes Porto

**Secretário:**

Dr. José Lourenço Soares

### Conselho de Administração

**Presidente:**

Prof. Doutor Álvaro José Barrigas do Nascimento

**Vice-Presidente:**

Dr. José Agostinho Martins de Matos

**Vogais:**

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz (\*\*)

Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dra. Ana Cristina de Sousa Leal

Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues(\*\*\*)

Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso (\*\*\*\*)

Prof. Doutor Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

Prof. Doutor José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho

Dr. José Hernst Henzler Vieira Branco

Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

Prof. Doutor Daniel Traça

Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão

### Comissão Executiva

**Presidente:**

Dr. José Agostinho Martins de Matos

**Vice-Presidente:**

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

**Vogais:**

Dr. João Nuno de Oliveira Jorge Palma

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dra. Ana Cristina de Sousa Leal

Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues

**Comissão de Auditoria**

**Presidente:**

Prof. Doutor Eduardo Manuel Hintze da Paz Ferreira

**Vice-Presidente**

Prof. Doutor Daniel Traça

**Vogal**

Prof. Doutor Pedro Fontes Falcão

---

\*O Dr Rui Machete cessou funções como Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CGD, por ter sido nomeado Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Diário da República, 1ª Série, Suplemento, de 24.7.2013).

\*\* O Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz cessou funções como vogal do Conselho de Administração a 31 de maio de 2016.

\*\*\* A Dra. Maria João Borges Carioca Rodrigues cessou funções como vogal do Conselho de Administração a 31 de maio de 2016.

\*\*\*\* O Dr Jorge Telmo Maria Freire Cardoso solicitou, a 16 de setembro de 2015, suspensão de mandato pelo período de até 6 meses (Deliberação social unânime por escrito de 23 de outubro de 2015, Ata nº 3/2004), prorrogada por mais 6 meses eventualmente renováveis por Deliberação Unânime por Escrito de 13 de abril de 2015.

**1.7. Membros da Direção Geral da Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Sucursal Offshore de Macau**

**Membros da Direção Geral**

**Diretor Geral:**

Dr. Artur Jorge Teixeira Santos

**Membros:**

Dra. Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio

desde 9 de Abril de 2015

Dr. Humberto Manuel Lopes Casanova

até 9 de Abril de 2015

Dr. Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez

## 2. Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: MOP (Macau pataca)

31 de dezembro de 2015

### ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado Líquido do Exercício Antes dos Impostos sobre o Rendimento	11,913,020
Ajustamentos:	
Provisões e Perdas por Imparidade, Líquidas de Anulações, Reposições e Diferenças Cambiais	(33,190)
Amortizações	106,969
Proveitos de Operações Ativas	(89,191,716)
Custo de Operações Passivas	71,345,510
	<b>(17,772,427)</b>
Diminuições/(Aumentos) de Activos Operacionais:	
Depósitos em Instituições de Crédito em Macau e no Exterior	(2,923,224,587)
Crédito a Clientes	3,318,841
Contas Internas e de Regularização	-
	<b>(2,919,905,746)</b>
(Diminuições)/Aumentos de Passivos Operacionais:	
Depósitos	(316,189,306)
Contas Internas e de Regularização	(390,068)
	<b>(316,579,374)</b>
<b>Caixa Líquida das Atividades Operacionais Antes dos Impostos Sobre o Rendimento</b>	<b>(3,242,344,527)</b>
Juros Recebidos	81,396,465
Juros Pagos	(92,873,787)
	<b>(11,477,322)</b>
<b>Caixa Líquida das Atividades Operacionais</b>	<b>(3,253,821,849)</b>

### ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de Equipamento e Outros Valores Imobilizados, Líquidas de Alienações	-
<b>Caixa Líquida das Atividades de Investimento</b>	

### ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Distribuição resultado 2013 para a CGD	(11,421,246)
<b>Caixa Líquida das Atividades de Financiamento</b>	<b>(11,421,246)</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e seus Equivalentes</b>	<b>(3,265,243,095)</b>
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício	3,802,447,528
Diferenças Cambiais	(337,341,920)
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	199,862,513

### 3. Exposição dos Elementos Extrapatrimoniais Exceto Transações Sobre Instrumentos Derivados

#### 3.1. Valor Contratual ou Valor Nocial

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2015
Instrumentos com a Natureza de Substitutos de Crédito	-
Contingências Decorrentes de Transações Realizadas	-
Aceites e Outras Contingências Decorrentes de Operações Comerciais	-
Facilidades de Emissão de Títulos de Dívida, Facilidades Renováveis com Tomada Firme e Outras Facilidades de Natureza Similar	-
Compra a Prazo de Ativos	-
Parcela por Realizar de Ações e Outros Títulos Parcialmente Realizados	-
Depósitos Prazo Contra Prazo	-
Venda de Ativos com Opção de Recompra	-
Linhas de Crédito Não Utilizadas e Outros Compromissos Assumidos para a Concessão de Crédito	-
Outros Elementos Extrapatrimoniais	5,586,387

### 4. Transações de Instrumentos Derivados

#### 4.1. Valor Contratual ou Valor Nocial

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2015
Contratos sobre Divisas	-
Contratos sobre Taxas de Juro	-
Contratos sobre Ações	-
Contratos sobre Mercadorias	-
Outros	-

#### 4.2. Risco de Crédito Ponderado pelos Contratos sobre Taxas de Juro e sobre Divisas calculado de acordo com o Aviso n. 013/93-AMCM

Unidade: MOP (Macau pataca)	31 de dezembro de 2015	
	VALOR NOMINAL	EXPOSIÇÃO PONDERADA
Contratos sobre Taxas de Juro	-	-
Contratos sobre Divisas	-	-
Total	-	-

## 5. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Macau.

### Especialização de exercícios

A CGD-SOM regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Contas internas e de regularização” do Ativo e do Passivo respetivamente.

### Equipamento, ativos intangíveis e outros ativos fixos tangíveis

O equipamento, ativos intangíveis e outros ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	5
Equipamento de Segurança	7
Material de Transporte	4
Ativos Intangíveis	3
Mobiliário e Material	8
Sistemas Centrais de Telecomunicações	10

Um item do ativo fixo é desreconhecido no momento da sua alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros do seu uso continuado. Qualquer ganho ou perda obtido em resultado do desreconhecimento do ativo (correspondente à diferença entre a receita obtida e o valor de balanço do bem) é reconhecido por contrapartida de resultados no exercício em que ocorre.

O equipamento, os ativos intangíveis e outros ativos fixos tangíveis são objeto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

### Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras, as transações em divisas que não sejam a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira) são registadas na moeda funcional (i.e. a moeda oficial da zona económica em que a entidade opera) com base nas taxas de câmbio em vigor à data das transações. Em cada final de exercício, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos às taxas de câmbio em vigor a essa data. Os ativos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

Diariamente, os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio da AMCM, sendo as diferenças cambiais geradas em resultado da conversão cambial registadas em “Outros custos e proveitos bancários”.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os câmbios do Euro (EUR) face a diversas moedas eram os seguintes:

	2015	2014
MOP	0,1146 EUR	0,1029 EUR
AUD	0,6667 EUR	0,6730 EUR
CAD	0,6594 EUR	0,7090 EUR
CHF	0,9258 EUR	0,8316 EUR
GBP	1,3552 EUR	1,2802 EUR
NOK	0,1041 EUR	0,1108 EUR
USD	0,9145 EUR	0,8225 EUR

A SOM divulga as suas Demonstrações Financeiras em Patacas de Macau. Desta forma, os resultados e a posição financeira é convertida da sua moeda funcional para Pataca de Macau através dos seguintes procedimentos:

- ativos e passivos são apresentados convertidos à taxa de câmbio de fecho da data do balanço.
- para cada período apresentado (incluindo períodos comparativos), proveitos e custos reconhecidos no período são convertidos à taxa de câmbio das datas em que ocorrem as respetivas transações. Por motivos de simplificação, a SOM converteu proveitos e custos reconhecidos em 2015 de euros para Patacas de Macau à taxa de câmbio média do ano de 2015, que corresponde a 0,1129, e;
- todos os resultados de diferenças cambiais são reconhecidos em reservas cambiais

### **Crédito a clientes**

O crédito a clientes é apresentado no balanço deduzido de perdas específicas por imparidade, quando aplicável.

A Direção Geral entende não ser necessário o reconhecimento de quaisquer provisões específicas que reduzam o valor de balanço da rubrica de crédito a clientes, uma vez que os créditos se encontram geralmente garantidos por depósitos a prazo constituídos na SOM, não existindo, como tal, risco de crédito associado a estas operações.

De acordo com os requisitos regulamentares da AMCM foi registada uma provisão genérica correspondente a 1% do saldo da rubrica “Crédito a clientes”.

Os juros corridos são registados em “Contas internas e de regularização” de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### **Depósitos de clientes, empréstimos subordinados e outros recursos**

Os depósitos de clientes, os empréstimos subordinados e outros recursos são registados pelo seu valor nominal. O respetivo juro corrido é registado na rubrica “Contas internas e de regularização”, de acordo com o método da taxa efetiva.

### **Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### Locação operacional

A SOM celebrou um contrato de locação operacional sobre o edifício sede. O contrato não apresenta data de vencimento.

### Receita

Os juros de operações ativas e passivas são reconhecidos nas rubricas “ Proveitos de operações ativas” e Custos de operações passivas”, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

### Caixa e seus equivalentes

Para efeitos de preparação dos fluxos de caixa, a CGD-SOM considerou como “Caixa e seus equivalentes” as seguintes rubricas: ver maiúsculas no quadro abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos à ordem em instituições de crédito	22.460.689	36.834.230
Depósitos com maturidade inicial inferior a 3 meses registados em:		
. Depósitos em instituições de crédito no exterior	177.401.824	3.765.613.298
	<u>199.862.513</u>	<u>3.802.447.528</u>

## 6. Partes Relacionadas – Transações e Saldos Devedores

### 6.1. Política de Empréstimo a Partes Relacionadas

Partes relacionadas inclui:

- a) Qualquer indivíduo ou membro íntimo da sua família, se aquele indivíduo:
  - i) Tiver controlo pleno ou conjunto sobre a Sucursal;
  - ii) Tiver influência significativa sobre a Sucursal; ou
  - iii) For membro do pessoal da gerência/administração da Sucursal ou da Empresa-Mãe
- b) Uma entidade está relacionada com a Sucursal se qualquer das condições abaixo for observada:
  - i) A entidade e a Sucursal são membros do mesmo grupo económico (e.g. empresa-mãe, subsidiárias e entre subsidiárias da mesma empresa-mãe);
  - ii) A entidade tem uma influência significativa sobre a Sucursal;
  - iii) A entidade é uma associada ou um empreendimento conjunto da Sucursal (ou uma associada ou um empreendimento conjunto de entidade membro de grupo económico do qual a sucursal é membro)
  - iv) A Sucursal é uma associada ou um empreendimento conjunto da entidade (ou uma associada ou um empreendimento conjunto de entidade membro de grupo económico do qual a entidade é membro);
  - v) A Sucursal e a entidade estão sob o empreendimento conjunto de uma terceira entidade;
  - vi) A entidade é um empreendimento conjunto de uma terceira entidade e a Sucursal é uma associada dessa terceira entidade;
  - vii) A Sucursal é um empreendimento conjunto de uma terceira entidade e a entidade é uma associada dessa terceira entidade;
  - viii) A entidade é um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da Sucursal, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada da Sucursal.
  - ix) A entidade é controlada, de modo pleno ou sob controlo conjunto, por um indivíduo identificado na alínea (a);
  - x) O indivíduo identificado na alínea (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou da empresa-mãe da entidade);
  - xi) O indivíduo identificado na alínea (a)(iii) é membro do pessoal chave da administração da entidade (ou da empresa-mãe da entidade).

#### Transações com Empresas do Grupo

As transações com partes relacionadas são realizadas no decurso normal da atividade e nas mesmas condições do que as transações com terceiros, ou seja com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

#### Transações com Pessoal Chave:

Durante o ano, a CGD-SOM não concedeu crédito ao pessoal chave da Sucursal e a empresas controladas ou significativamente influenciadas por eles.

## 6.2. Transações e Saldos Vencidos

Unidade: MOP (Macau pataca)

31 de dezembro de 2015

### SALDO DEVEDOR

Disponibilidades no Mercado Interbancário (Depósitos)	6,558,077,304
Certificados de Depósitos	-
Outras Aplicações Financeiras	-
Crédito Concedido	-
Outros Ativos	15,264,031
Custos por Natureza	1,029,433

### SALDO CREDOR

Depósitos de Clientes	-
Certificados de Depósitos	-
Responsabilidades para c/outras Instituições (Depósitos)	4,289,991
Outros	-
Proveitos por Natureza	88,979,569

## 7. Capital

### Informação em Base Consolidada do Grupo CGD

#### 7.1. Rácio de Adequação de Capital

	31 de dezembro de 2015
Rácio de Capital Total	12.3%
Rácio Core Tier 1	10.9%

#### 7.2. Capital e Reservas

Unidade: € (milhões de euros)

	31 de dezembro de 2015
Capitais Próprios	6,184
Capital Social	5,900
Reservas de Justo Valor	259
Outras reservas e resultados transitados	(691)
Interesses minoritários	887
Resultado do Exercício	(171)

## 8. Risco de Crédito

### 8.1. Gestão de Risco de Crédito

O Risco de Crédito encontra-se associado às perdas e grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente/contraparte em cumprir as suas obrigações.

A CGD-SOM tem implantado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito, tanto no momento da concessão como ao longo da vida das operações.

Os valores respeitantes a crédito e outras aplicações financeiras em relação aos quais se verifique atraso quer no pagamento de juros ou comissões quer no reembolso de capital, são classificados como ativos em mora de acordo com os requisitos estabelecidos pela AMCM:

- Grupo I – até 3 meses
- Grupo II – superior a 3 meses e igual ou inferior a 12 meses
- Grupo III – superior a 12 meses e igual ou inferior a 18 meses
- Grupo IV – superior a 18 meses

No final de cada trimestre devem ser constituídas provisões genéricas e específicas conforme o estipulado pela AMCM, nos seguintes termos:

- Provisão genérica não inferior a 1% sobre o valor do crédito que não esteja em mora por um período superior a 3 meses.
- Provisão específica não inferior a 40%, 80% e 100% para os Grupo II, Grupo III e Grupo IV respetivamente, tendo por base o saldo da respetiva operação líquido do montante realizável das garantias reais existentes e devidamente formalizadas.

A carteira de crédito da SOM é materialmente irrelevante, representando menos de 0,5% do ativo da Sucursal

## 8.2. Distribuição geográfica

Unidade: MOP (Macau pataca)

REGIÃO	31 de dezembro de 2015				
	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES VENCIDOS	PROVISÃO ESPECÍFICA	TÍTULOS DE DÍVIDA	DERIVADOS FINANCEIROS
VENEZUELA	3 263 705	-	-	-	-
AFRICA DO SUL	1 896 276	-	-	-	-
REINO UNIDO	1 457 115	-	-	-	-
MOCAMBIQUE	239 270	-	-	-	-
SUIÇA	-	-	-	-	-
LUXEMBURGO	-	-	-	-	-
ANGOLA	-	-	-	-	-
	<b>6 856 366</b>	-	-	-	-

## 8.3. Distribuição por Sectores

Unidade: MOP (Macau pataca)

SECTORES	31 de dezembro de 2015				
	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS VENCIDOS	PROVISÃO ESPECÍFICA	PROVISÃO GERAL	CHARGE-OFFS
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-
Eletricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	-	-	-	-	-
Comércio ( por grosso e a retalho)	-	-	-	-	-
Restaurantes, Hotéis e Atividades Relacionadas	-	-	-	-	-
Transportes, Armazenagem e Comunicações	-	-	-	-	-
Particulares para Habitação	-	-	-	-	-
Particulares para Outros Fins	6 856 366	-	-	68 564	-
Outros	-	-	-	-	-
	<b>6 856 366</b>	-	-	<b>68 564</b>	-

## 8.4. Análise de maturidade

Unidade: MOP (Macau pataca)

TIPO DE CONTAS	31 de dezembro de 2015							
	MONTANTE A REEMBOLSAR	À VISTA	ATÉ 1 MÊS	DE 1 A 3 MESES	DE 3 A 12 MESES	DE 1 A 3 ANOS	MIAS DE 3 ANOS	DENTRO DE UM PERÍODO INDEFINIDO
<b>ATIVOS</b>								
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	6 856 366	-	-	-	3 457 987	1 457 115	1 941 264	-
Caixa, Disponibilidades e Empréstimos e Adiantamentos a Bancos	7 675 669 733	36 834 230	618 244 899	7 020 590 604	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Detidos		-	-	-	-	-	-	-
Títulos Emitidos pela Região Administrativa Especial de Macau e/ou pela AMCM		-	-	-	-	-	-	-
Outros Títulos		-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>7 682 526 099</b>	<b>36 834 230</b>	<b>618 244 899</b>	<b>7 020 590 604</b>	<b>3 457 987</b>	<b>1 457 115</b>	<b>1 941 264</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVOS</b>								
Depósitos e Disponibilidades em Bancos e Outras Instituições Financeiras	33 895 310	33 895 310	-	-	-	-	-	-
Depósitos do Sector Público		-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de Holdings e Empresas Associadas		-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de Clientes	7 595 089 413	354 383 363	497 912 328	705 474 668	6 036 981 723	337 331	-	-
Certificados de Depósitos Emitidos		-	-	-	-	-	-	-
Outros Títulos Emitidos		-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 628 984 723</b>	<b>388 278 673</b>	<b>497 912 328</b>	<b>705 474 668</b>	<b>6 036 981 723</b>	<b>337 331</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 8.5. Análise de Crédito Vencido – Clientes

Unidade: MOP (Macau pataca)

	31 de dezembro de 2015			
	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS (efeitos comerciais, inclusive)	COM CAUÇÃO	PROVISÕES ESPECÍFICAS	
<b>VENCIDO:</b>				
De 3 a 6 meses	-	-	-	-
De 6 a 1 ano	-	-	-	-
Mais de 1 ano	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-

Nota: Em 31 de Dezembro de 2015, não havia crédito vencido de empréstimos a bancos e outras instituições de crédito.

## 9. Risco de Mercado

Traduz-se em impactos negativos potenciais, nos resultados da Sucursal, decorrentes de movimentos desfavoráveis do preço dos ativos em carteira face ao nível a que são transacionados.

Tem origem, então, na incerteza que decorre da flutuação dos preços e taxas de mercado, como sejam preços de ações e índices ou taxas de juro ou câmbio, e sobre o comportamento das correlações entre os mesmos.

No âmbito da prestação de serviços celebrado entre a CGD e a SOM encontram-se segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

Salienta-se no entanto que, dada a estrutura de balanço atual da Sucursal, a SOM não dispõe de instrumentos financeiros em carteira passíveis de gerar risco de mercado.

## 10. Risco de Taxa de Juro

Trata-se do risco incorrido por uma instituição financeira sempre que, no desenvolvimento da sua atividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a variações de taxa de juro. Dito de outro modo, é o risco de que ocorra uma variação de taxa de juro associado, nomeadamente, ao *mismatch* de prazos de refixação de taxas entre ativos e passivos detidos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o seu custo financeiro.

A medição do risco de taxa de juro está articulada com a metodologia utilizada pela CGD que abrange as perspetivas contabilística (ou de curto prazo) e económica (ou de longo prazo), e recorre quer a modelos simplificados de gaps de taxa de juro (agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro de todos os ativos e passivos sensíveis à sua variação, obtendo-se, desse modo, os mismatches correspondentes) e de duração efetiva (estimativa da variação percentual do preço dos instrumentos financeiros para uma variação nas taxas de juro de 100bps), quer a modelos robustos de técnicas de simulação onde se enquadram as métricas de Earnings at Risk (impacto na margem de juros de variações adversas das taxas de juro) e Economic Value of Equity at Risk (impacto no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro).

Importa salientar que os modelos internos de avaliação do risco de taxa de juro na sua perspetiva económica, designadamente justo valor, sensibilidade e duração, foram integralmente revistos e objeto de aprovação em sede de Conselho Delegado de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) no início do segundo semestre de 2015.

## 11. Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perdas resultantes de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A metodologia adotada para a gestão do risco operacional na CGD encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno, podendo ser caracterizada através das seguintes componentes distribuídas pelas 4 fases do ciclo de gestão do risco: Identificação, avaliação, monitorização e mitigação:

- Identificação inclui a recolha de informação e documentação das atividades, riscos operacionais potenciais, atividades de controlo e mitigantes;
- Avaliação através do registo do evento de risco operacional e questionários de autoavaliação dos riscos operacionais potenciais;
- Monitorização que inclui a divulgação de informação relativa ao risco operacional, com origem nas várias componentes da metodologia, aos diversos intervenientes na sua gestão;

- Mitigação pela implementação de planos de ação por forma a minimizar o risco operacional.

As atividades da SOM, ao serem suportadas por processos da CGD, encontram-se abrangidas pela referida metodologia.

## 12. Risco Cambial

### 12.1. Gestão de Risco Cambial

A monitorização do risco cambial é realizada no quadro da política adotada pela CGD e efetuada numa base diária com a produção do relatório de risco cambial contendo indicadores de risco de mercado como o VaR, sua comparação com os limites em vigor, valor da posição, quer total quer por moeda, indicadores de backtesting e ainda informação gráfica sobre a evolução histórica da posição cambial total, a evolução histórica do respetivo VaR 99% a 10 dias e concentração da posição cambial por moeda.

### 12.2. Posição Líquida Longa e Curta em Moeda Estrangeira

Unidade: MOP (Macau pataca)

MOEDA:	31 de dezembro de 2015		
	POSIÇÃO ABERTA LÍQUIDA, EXCLUINDO POSIÇÃO LONGA OU CURTA EM OPÇÕES	POSIÇÃO LONGA OU CURTA EM OPÇÕES	POSIÇÃO ABERTA LÍQUIDA, INCLUINDO POSIÇÃO LONGA OU CURTA EM OPÇÕES
AUD	19 053	-	19 053
CAD	(982 258)	-	(982 258)
CHF	68 901	-	68 901
DKK	29	-	29
EUR	(1 149 883)	-	(1 149 883)
GBP	(187 619)	-	(187 619)
HKD	16 257 874	-	16 257 874
NOK	(6 490)	-	(6 490)
USD	(470 244)	-	(470 244)

**12.3. Divulgação da posição líquida longa/curta de uma moeda externa, quando a posição líquida (em termos absolutos) dessa moeda externa represente pelo menos 10% do total da posição líquida em moeda externa**

Unidade: MOP (Macau pataca)	
	31 de dezembro de 2015
	€UR (EQUIVALENTE EM MOP)
<b>MOEDA:</b>	
Ativos à Vista	16 257 874
Passivos à Vista	-
Compras a Prazo	-
Vendas a Prazo	-
Posição Líquida em Opções	-
Posição Líquida Longa	16 257 874
Posição Líquida Curta	-

### 13. Risco de Liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um desfasamento ou não compensação entre os fluxos monetários de pagamentos e de recebimentos, gerando uma incapacidade de cumprimento dos compromissos assumidos. Ou seja, em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornar-se-iam insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorressem.

A gestão do risco de liquidez é efetuada no quadro da política adotada pela CGD, que tem na sua génese a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* são evidenciados por intervalos temporais em função do seu prazo residual de ocorrência e, a partir daí, apurados os respetivos *gaps* de liquidez tanto do período como acumulados.

Para efeitos de medição do risco de liquidez, a CGD utiliza o conceito de liquidez estrutural que pretende incorporar, nomeadamente, o comportamento histórico dos depositantes ao nível da gestão das suas contas à ordem, a prazo e de poupança, distribuindo os seus saldos pelos diferentes intervalos temporais considerados de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente.

A gestão do risco de liquidez incorpora, ainda, a realização centralizada (ao nível da casa-mãe) de exercícios de *stress testing* em articulação com o Plano de Contingência de Liquidez existente, conforme os princípios e recomendações do Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) e da European Banking Authority (EBA).

### 14. Ativos, Passivos e Resultados em Base Consolidada do Grupo CGD

Unidade: € (milhões de euros)

	31 de dezembro de 2015
Total do Ativo	753,648,191
Total do Passivo	753,648,191
Total dos Empréstimos e Adiantamentos a Clientes (valor bruto)	333,472
Depósitos e Disponibilidades de Bancos e Outras Instituições Financeiras	753,304,919
Depósitos de Clientes	751,461,119
Resultado Antes de Imposto e Interesses Minoritários	1,346,271

## 15. Curriculum Vitae dos membros da Direção Geral

### Artur Jorge Teixeira Santos:

#### Data de Nascimento

- 5 de Novembro de 1955

#### Cargos que exerce

- 2013 – Diretor Geral da Caixa Geral de Depósitos, S. A. - Sucursal Offshore de Macau

#### Cargos que exerceu

- 2011-2013 – Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S. A. - Subsidiária Offshore de Macau
- 2010-2011 – Presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional Ultramarino e Vice-Presidente do Conselho de Administração
- 2004-2010 – Vice-Presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional Ultramarino
- 2001-2004 – Vogal do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino
- 1998-2001 – Diretor-geral Adjunto da Sucursal do Banco Nacional Ultramarino em Macau
- 1993-1998 – Diretor Financeiro da Sucursal do Banco Nacional Ultramarino em Macau
- 1992-1993 – Consultor Financeiro do Projeto para a construção do Aeroporto Internacional de Macau
- 1990-1991 – Diretor-adjunto no Departamento Internacional do Banco Nacional Ultramarino
- 1991-1992 – Diretor-adjunto do Departamento Financeiro do Credit Franco-Portugais em França
- 1987-1990 – Diretor-adjunto no Departamento Internacional, de Grandes Empresas e Financeiro do Banco Totta&Açores
- 1983-1987 – Técnico no Gabinete de Estudos do Instituto Emissor de Macau, atual Autoridade Monetária e Cambial de Macau

#### Habilitações Académicas

- Curso de Pós-Graduação em Finanças Pública pela Universidade de Coimbra em 1989
- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia em 1978
- Participação em diversos seminários sobre sistemas financeiros, regulamentação da atividade bancária, política monetária, banca de retalho e de investimento em Macau, Hong Kong, Taiwan e na China Continental

**Ana Isabel Pais Vinagre Tomázio (desde 10 de Abril de 2015):**

**Data de Nascimento**

- 16 de Novembro de 1971

**Cargos que exerce**

- 2015 - Diretora da Caixa Geral de Depósitos, S. A. - Sucursal Offshore de Macau
- 2012 - Administradora não executiva do Banco Comercial Atlântico (Grupo CGD), em Cabo Verde
- 2012 - Subdiretora - Direção Internacional de Negócio (CGD)

**Cargos que exerceu**

- 2010-2012 Subdiretora - Direção de Banca para Residentes no Estrangeiro (DBR) da CGD
- 04/2005-11/2010 - Gerente - CGD Agência Central de Sintra
- 03/2005-04/2005 - Gerente - CGD Queluz
- 05/2003-03/2005 - Gerente - CGD Rio de Mouro
- 11/2002-05/2003 - Gerente - CGD São Carlos
- 05/1994-11/2002 - Gestora de clientes empresa - CGD Gabinete Empresas Sintra

**Habilitações Académicas**

- Pós Graduação em Gestão Bancária - Curso Avançado de Gestão Bancária, pelo Instituto Superior de Gestão Bancária, durante 2005 e 2006
- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, durante 1989 a 1993

## **Pedro Manuel Rodrigues de Araújo Martinez:**

### **Data de Nascimento**

16 de Dezembro de 1968

### **Cargos que exerce**

- 2013 - Diretor da Caixa Geral de Depósitos, S. A. - Sucursal Offshore de Macau
- 2012 - Coordenador da Área de Gestão de Atividade Offshore, da Direção de Internacional de Negócios (DIN), Caixa Geral de Depósitos (CGD);

### **Cargos que exerceu**

- 2010-2012 - Coordenador da Área de Gestão de Atividade Offshore, da Direção de Banca para Residentes no Estrangeiro (DBR), Caixa Geral de Depósitos (CGD);
- 2004-2010 - Técnico da Direção de Planeamento e de Informação de Gestão (DPF), CGD, APF1, Coordenação e Gestão das Unidades e Participações Estratégicas do Grupo CGD
- 2000-2004 - Técnico da Direção de Planeamento e de Informação de Gestão (DPI), CGD, API3, Área de Contabilidade e Orçamento de Sucursais e Filiais do Grupo CGD
- 1995-2000 - Técnico da Direção Internacional (DIN), CGD, GIN -1, Área de Crédito e Operações com o Estrangeiro e Controlo de Gestão da Atividade Internacional do Grupo CGD
- 1994-1995 - Técnico-Tirocinante na Direção Internacional (DIN), Caixa Geral de Depósitos

### **Habilitações Académicas**

- Programa Avançado de Gestão para a Banca – Universidade Católica – FCEE – de Setembro a Dezembro de 2008
- Curso Avançado de Gestão Bancária – Instituto de Formação Bancária (IFB) em 2005
- Formação em Risco de Crédito – Instituto de Formação Bancária (IFB) em 2000
- Auditora de Gestão – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em 1997
- Gestão de Instituições e Operações Financeiras – Instituto Superior de Gestão (ISG) em 1995
- Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão em 1993